



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO.

Aos dois dias do mês de Maio do ano de Dois mil e dezesseis, às dezenove horas, no Plenário 26 de Abril – Palácio de Buquira da Câmara Municipal de Monteiro Lobato, sob a presidência da **Vereadora Maria das Gracias de Siqueira Leiva**, tem início a 69ª (sexagésima - nona) Sessão Ordinária da 16ª (décima-sexta) Legislatura. O Secretário **Vereador Jarbas Luiz de Noronha Filho**, Primeiro Secretário, faz a verificação da presença dos vereadores: todos presentes. Havendo quórum regimental, a Presidente declara aberta a Sessão. O Secretário procede à leitura de um trecho da Bíblia como é costume da Casa e em seguida é realizada a execução do Hino Nacional. Depois de dispensada a leitura da Ata da 68ª (sexagésima - oitava) Sessão Ordinária por unanimidade de votos dos vereadores, a Presidente coloca em votação a referida ata que é aprovada por todos os vereadores. Em seguida, a Presidente solicita ao Secretário a leitura das matérias em pauta: **1. Projeto de Resolução nº 01/16 de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal. 2. Projetos de Lei do Executivo nº 02/16, 03/16, 04/16 e 05/16 de autoria da Prefeita Municipal** que a Presidente encaminhará às Comissões competentes para análise e emissão de Parecer. Em seguida, solicita aos Vereadores a leitura de suas proposições a serem apreciadas na Sessão: **1. Requerimento nº 10/16 de autoria do Vereador João Cunha Francisco da Silva**. Encerrado o prazo de inscrição dos vereadores no Livro de Oradores, a Presidente convida os inscritos para ocupar a Tribuna. O Primeiro inscrito **Vereador Renato** inicia solicitando à presidente que envie ofício ao Banco do Brasil reclamando da falta de papel para emitir comprovantes e falta de dinheiro nos terminais eletrônicos que não funcionam nos finais de semana e feriados. Diz que já ligou na ouvidoria do banco alegando que é o único caixa eletrônico da cidade, mas não adiantou. E solicita oficial também a Polícia Militar e cobrar a manutenção da ordem pública aos finais de semana quando acontece o Show no Coreto, os bêbados ficam rondando o coreto e atrapalhando os músicos, entram com o cavalo na praça e judiam do animal em praça pública e até já tentaram jogar a caixa de som de cima do coreto. Pergunta: - “Essa é a aparência de uma cidade que quer se transformar em estância turística?” Informa que já fez requerimentos cobrando da Prefeitura a limpeza das estradas rurais que estão em péssimas condições e sugere que façam a capina química, nos lugares longe das nascentes. Sem mais, se despede. Em seguida, a Presidente solicita ao Vice-presidente Vereador Leandro que ocupe seu lugar à Mesa Diretora para que possa fazer uso da palavra. A **Vereadora Gracias** inicia agradecendo os vereadores que estiveram presentes à reunião de trabalho para tratar de assuntos internos da Casa. Informa que a Câmara cedeu espaço para dois eventos da Prefeitura durante as festividades em comemoração ao aniversário da cidade: o Ato Solene e o Ato Ecumênico. Parabeniza os funcionários da Prefeitura que organizaram os eventos. Parabeniza o Grupo de Violeiros Cordas da Mantiqueira. Informa também que fez uma reunião, após uma denúncia, com o diretor da EMTU, o gerente da empresa de ônibus Cidade Natureza e a presidente do Conselho do Idoso



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

devido às muitas reclamações de idosos que estão tendo dificuldades para usar os assentos nos ônibus. Ficou decidido que nas estações rodoviárias em São José, São Francisco e Monteiro Lobato, as portas traseiras dos ônibus também serão abertas como opção ao idoso para facilitar o acesso aos assentos. Informa que existe uma campanha de divulgação dos direitos dos idosos para educar os mais jovens a ceder o lugar aos idosos e um projeto da EMTU para esse ano ainda, de ônibus adaptados e mais adequados, com catraca eletrônica. Sobre a questão da dengue, após denúncia do Vereador Leandro de que havia muitos casos de dengue em Monteiro Lobato, entrou em contato com o Chefe de Saúde, Marcelo, que imediatamente lhe enviou os dados da cidade: foram atendidos cinco casos de suspeita da doença; quatro deram negativo, mas houve um caso positivo que já está sendo tratado. Informa que, conforme o projeto lido nesta Sessão haverá uma reunião do COMUS – Conselho Municipal de Saúde, dia cinco, às dezesseis horas, no Sindicato Rural, onde um dos pontos de discussão será o combate à dengue. Fala também do projeto de lei que autoriza o executivo a abrir crédito suplementar para iniciar o asfaltamento no Alpes do Buquira e que a Câmara estará agilizando a aprovação do mesmo, em Sessão Extraordinária, dia dez de Maio. Explica que o Projeto de Resolução do Legislativo foi elaborado devido a uma advertência do Ministério Público. Parabeniza esse mandato por ter aprovado a Tribuna Livre e diz: “É natural que haja receio, pois não estamos acostumados à democracia. É uma ferramenta democrática, essa Casa é legitimamente constituída e há um regimento que garante a ordem sem anarquia”. Sem mais, se despede. Findo o expediente a Presidente coloca em Discussão e Votação a matéria em tramitação Ordinária: **1. Requerimento nº 10/16 de autoria do vereador João Cunha Francisco da Silva: aprovado por todos os vereadores.** Findo o expediente, a Presidente convida os vereadores para as Audiências Públicas para discussão dos Projetos de Lei do Executivo nº 03 e 04 /16 de autoria da Prefeita Municipal e para a Discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 do município. Ambas serão realizadas no dia dez de maio, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal. Convoca os Vereadores para a próxima Sessão Ordinária no dia dezoito de Maio, às dezenove horas. Declara encerrada a Sessão. Para constar, Eu, Vereador Jarbas Luiz de Noronha Filho, primeiro secretário, lavrei a presente Ata.

Sala das Sessões, 02 de Maio de 2016.

Vereadora Maria das Gracias de Siqueira Leiva

Presidente da Câmara

Vereador Jarbas Luiz de Noronha Filho

Primeiro secretário



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

Em seguida, a Presidente informa que de acordo com a Lei Municipal nº 1.605, convida o Senhor Jesse Marcos de Azevedo, inscrito para fazer uso da Tribuna Livre, por quinze minutos.

O senhor Jesse inicia cumprimentando a todos e agradecendo à Vereadora Gracias que na última Sessão colocou em Discussão e Votação pelos vereadores a sua fala nessa Tribuna. Agradece os Vereadores Ailton, Renato, João Cunha, Donizeti e Luis que aprovaram e respeita a posição dos vereadores Edjelson e Jarbas que votaram contra. Informa a todos que o assunto que o traz, "Improbidade administrativa" é pelo exercício da cidadania, que não é fácil, incomoda muita gente, mas faz parte cobrar os representantes e denunciar os maus feitos que prejudiquem a comunidade. Completa dizendo: - "Na omissão dos bons, os maus prosperam"... Distribui aos Vereadores a cópia de uma nota fiscal que pode caracterizar um ato de improbidade administrativa da Prefeita Municipal, pois se refere ao conserto de um microônibus, emitida dia 21(vinte e um) de Dezembro de 2015 (dois mil e quinze). Ocorre que é o mesmo microônibus que sofreu o acidente no dia 14 (quatorze) de Abril de 2015 (dois mil e quinze). Em julho de 2015 (dois mil e quinze) a Polícia Civil emitiu um laudo pericial. Nesse dia, os vereadores perguntaram à Prefeitura através de requerimento, onde se encontrava o ônibus acidentado. A administração municipal respondeu somente um mês depois que o ônibus se encontra no Pátio do DER – Departamento de Estradas de Rodagem em Taubaté a disposição da Perícia técnica e que não havia orçamento ou previsão de conserto, somente após a finalização do processo é que poderia ser analisado o destino do ônibus. "Pergunta: -" Por que foi feito o pagamento a uma empresa de uma caixa de reparo para o ônibus acidentado que se encontra no Pátio do DER à disposição da perícia técnica? Solicito aos vereadores dessa Casa de Leis, que têm a função de fiscalizar, verificarem se realmente foi realizado conserto no ônibus acidentado. Da maneira que está dá a impressão que a nota fiscal foi faturada e os serviços não foram realizados. Uma das ferramentas fiscalizadoras que os vereadores têm são os requerimentos e está previsto na Lei Orgânica Municipal que o Poder Executivo é obrigado a responder num prazo de quinze dias. Após fazer essa solicitação aos vereadores e concluir sua oratória, agradece a todos e se despede.